



# **Ocupação manuel congó: uma experiência na luta urbana do Rio de Janeiro**

Caroline Rodrigues da Silva<sup>1</sup>

## **Apresentação**

O presente artigo foi elaborado a partir dos resultados preliminares da pesquisa Lutas Urbanas e o Serviço Social, desenvolvida na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF. A pesquisa realiza-se há dois anos e, atualmente, é formada por graduandos de Serviço Social e uma Professora e Doutora em Planejamento Urbano pelo IPPUR. Tal pesquisa tem como objetivo geral apreender as novas modalidades da luta de classes no urbano, contribuindo com subsídios teóricos para a luta travada pelos trabalhadores contra os efeitos da questão social no urbano. Apreende as metamorfoses da questão social para nelas fundar as propostas para seu enfrentamento por parte dos sujeitos políticos e, a partir disso, busca trazer novas reflexões à formação dos profissionais de Serviço Social.

Existem hoje no Rio de Janeiro 48 ocupações de prédios ou terrenos organizadas por movimentos Sem-Teto. Destacamos que sete destas ocupações datam de 2004 até 2009 e localizam-se no Centro. Uma dessas ocupações é a Ocupação Manuel Congo - MNLM (Movimento Nacional de

---

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas "Serviço Social e lutas Urbanas". End. eletrônico: cora\_rs@hotmail.com

Luta por Moradia), que é o objeto de estudo dessa pesquisa. A escolha por começar por essa ocupação deveu-se a:

- a ocupação estar consolidada, isto é, já existe há dois anos;
- conhecermos parte do histórico da ocupação;
- termos contato com algumas das lideranças

Nesse artigo iremos apresentar as circunstâncias históricas que propiciaram o aparecimento da experiência da Ocupação Manuel Congo e tratar, mais especialmente, dos sujeitos desta ação: seu perfil-sócio econômico, sua forma de inserção na classe (já que a classe não é um todo homogêneo) além de tratarmos do aprendizado ensejado nesta experiência pelos moradores.

Para apreender este processo social utilizamos os seguintes elementos teórico-metodológicos: a apreensão do significado da questão habitacional e a análise do contexto na qual se insere a experiência observada. Para tanto, foram realizadas entrevistas com uma das coordenadoras do movimento e, posteriormente, com 12 moradores (quantidade que perfaz 10% dos moradores da ocupação). Todos os entrevistados foram consultados sobre seu interesse e disponibilidade em participar da entrevista. A entrevista com uma das coordenadoras nos ajudou a conhecer o histórico do Movimento, as principais características da Ocupação, a sociabilidade construída entre os moradores e destes com outros movimentos sociais. O material colhido nas entrevistas com moradores nos deu subsídio para a elaboração de indagações teóricas importantes para o debate da questão habitacional.

Considerando-se que as formas de pertencimento na classe tecem experiências de vida diversificadas, tornou-se necessário aprofundar, no percurso da pesquisa, os determinantes históricos e as condições particulares nas quais se encontra o segmento da população excedente na atual conjuntura e, especificamente, no contexto escolhido para a pesquisa. Os estudos sobre as mudanças em curso no âmbito da classe trabalhadora nos países periféricos, e suas repercussões sobre as possibilidades organizativas desta classe, sobretudo de seus segmentos mais pauperizados, mostram que, sob novas condições sócio-históricas, aprofundam-se as contradições decorrentes do aumento progressivo da população excedente face às necessidades médias do capital.

Com a crise de valorização do capital, a partir dos anos 70, ocorre o acirramento da concorrência intercapitalista. Este processo gera uma busca incessante pela redução de custos e pelo aumento da lucratividade. Acelera-se o desenvolvimento técnico, revolucionando a produção de bens e serviços. Resulta desta estratégia, a redução da demanda por trabalho vivo frente o aumento da demanda por trabalho morto, incorporado aos meios

de produção, acarretando desemprego e precarização das condições de trabalho. Os impactos desta nova sociabilidade do capital sobre o mundo do trabalho têm provocado a quebra das formas de solidariedade e o enfraquecimento da organização da classe trabalhadora, além de ampliar exponencialmente o pauperismo e a desigualdade social.

O pauperismo, a partir da perspectiva teórica adotada, é apreendido, tanto quanto a riqueza, como resultado do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Constituinte, portanto, uma especificidade da forma de produção fundada no capital.

A atual reestruturação da economia e do Estado, ao acarretar, sobretudo, nos países periféricos, uma perversa associação entre o aumento da exploração do trabalho e a diminuição dos direitos sociais, contribui para agudizar a exploração e o pauperismo, implicando na necessidade da atualização e aprofundamento da análise.

No Brasil, a convivência do moderno e do arcaico contribuem para o processo de reestruturação. A articulação de todas as determinações do capitalismo não se dá no mesmo tempo histórico e nem da mesma maneira em todas as formações sociais, portanto, há necessidade do exame das suas formas particulares. Este referencial remete para a importância do conhecimento empírico das formas de inserção, mesmo que indiretas, dos participantes do movimento no "mundo do trabalho" como, também, traz a necessidade de apreender a forma como interpretam suas experiências.

Ao reconhecimento teórico-empírico dos participantes do movimento articula-se o exame da especificidade e das peculiaridades da problemática da habitação. Tendo em vista que é em torno desta que os participantes se aglutinam.

Ribeiro (2000), refletindo a partir do exame da emergência da questão habitacional na cidade do Rio de Janeiro, demonstra que guardadas as especificidades de cada processo de urbanização e constituição do setor de moradia, a denominada crise da moradia é inerente ao sistema capitalista. Segundo o autor, além das razões apontadas por Engels, para o qual a crise habitacional é fruto dos baixos salários e da instabilidade no emprego há outros obstáculos para que o capital seja empregado na produção de moradias. A renda urbana, torna o papel do proprietário urbano preponderante na produção de moradia e, por isso, a produção capitalista de moradias somente será possível se o capital contornar dois obstáculos: a propriedade privada da terra urbana e o seu estreito mercado consumidor.

A habitação resulta de um complexo processo que envolve produção e comercialização. Suas características a diferenciam de outras mercadorias de consumo privado, pois se trata de mercadoria que requer demorado

tempo de construção e imobilização de capital e cuja produção vincula-se à disponibilidade de terra, serviços e infra-estrutura, Por conseguinte, a habitação é uma mercadoria que, em geral, exige financiamento prévio para a produção e consumo já que, via de regra, seus consumidores não podem adquiri-la à vista devido a enorme distância entre o seu preço e o valor dos salários.

Da leitura de autores que tratam a denominada questão habitacional depreender que:

- a questão da habitação relaciona-se a distribuição desigual da renda, as condições que regem a produção capitalista de moradia e a própria lógica de produção da estrutura urbana que acarreta a segregação social e espacial de amplos segmentos da população metropolitana.
- a ação do capital na estruturação do solo urbano é amparada por uma determinada concepção hegemônica de direito e, é corroborada pela ação do Estado que se encarrega de realizar grandes investimentos em infra-estrutura, implantar equipamentos de uso coletivo, estabelecer normas para o uso do solo e fiscalizar seu cumprimento. Dessa maneira se faz com que o segredo da valorização da terra vazia possa ser desvendado, na maioria das vezes, por meio da seletividade orientadora do investimento em infra-estrutura e em equipamentos urbanos. Ao especulador de terrenos é garantido, assim, sem despendar recursos próprios, multiplicar seu capital à custa do trabalho social, reforçando a lógica da socialização dos custos e da privatização dos lucros.

Ao intervir na produção do espaço urbano no sentido de fornecer subsídios para o aumento dos lucros da iniciativa privada, o Estado estrutura a cidade para servir, sobretudo, às necessidades do capital em geral e, em particular, as do capital imobiliário. Porém, além do Estado e das empresas imobiliárias, também interferem na estruturação da cidade os proprietários de terra e imóveis e a própria população que não tem acesso a terra.

A expansão das lutas por moradia na nossa sociedade expressa o profundo agravamento da denominada questão social na realidade brasileira atual e, ao mesmo tempo, revela a capacidade de organização de segmentos da classe trabalhadora extremamente pauperizados. A resposta do Estado brasileiro a essa questão tem sido, historicamente, conduzida pela lógica da repressão, do clientelismo e da privatização, contudo, há resistência. Boa parte dos movimentos consolida experiências de ocupação, conquistam a solidariedade de outros movimentos sociais e buscam por autonomia financeira e política em de seu engajamento nas lutas na cidade.

Com a difusão dos princípios do neoliberalismo, a partir do final dos anos 80, foram aprofundadas e atualizadas as questões sociais na sociedade brasileira: a interpenetração entre as esferas pública e privada, em favor desta última, o autoritarismo, a injustiça e a exclusão social marcam o retrocesso do período. A ausência de uma política urbana amplamente concebida e democraticamente implementada exemplifica esse cariz conservador. Tendo em vista que esse processo é historicamente construído, a partir do estudo de uma das experiências de ocupação dos movimentos que atuam na cidade do Rio de Janeiro: A Ocupação Manoel Congo, iremos a seguir caracterizar uma das formas de resistência a essa lógica capitalista neoliberal de produzir a cidade.

### **Ocupação Manuel Congo**

A Ocupação Manuel Congo é vinculada ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM). Esse é um movimento fundado em 1990 e hoje está organizado em 16 estados brasileiros. Tem como objetivo estimular a organização nacional do movimento de moradia, desenvolvido por sem-tetos, inquilinos, mutuários e ocupantes, unificando suas lutas pela conquista de moradia digna como direito fundamental, na perspectiva de garantir reforma urbana e melhores condições de vida para a população. Após ocupar imóveis públicos, esse movimento se dirige ao poder público para reivindicar o que está previsto na Constituição Federal: a função social da propriedade - artigos 182 e 183.

A Ocupação surgiu no dia 01 de outubro de 2007. Nesta data, seus integrantes ocuparam um edifício privado, conhecido como Cine Vitória, no Centro do Rio de Janeiro. Até esta data o prédio estava sem utilização há onze anos. Uma semana depois os ocupantes foram despejados. Em 8 de outubro, após pressionarem sem sucesso a Secretaria Estadual de Habitação e o Ministério das Cidades, os militantes do MNLM ocuparam um outro prédio abandonado, agora público, da Secretaria de Fazenda, na Regente Feijó, de onde foram expulsos pela polícia. Dias depois, ocuparam o prédio em que estão até hoje, na rua Alcindo Guanabara, no centro. Esse é um prédio do INSS e estava sem utilização há 10 anos.

A ocupação foi preparada durante, aproximadamente, seis meses. No curso desta, os futuros ocupantes definiram as normas de convivência que deveriam ser seguidas ao longo da preparação e, após a ocupação. Dividiram as tarefas organizativas e debateram o significado da ocupação – ser um espaço de sobrevivência e luta. Também elaboraram uma carta de princípios, que segue a orientação do MNLM e rege a convivência entre os moradores da Ocupação.

Deste modo, desde o início até hoje, todas as decisões concernentes à ocupação são tomadas em assembléia que acontecem semanalmente. Há um comitê de gestão formado por duas pessoas responsáveis pela portaria e segurança. Na portaria ocorre um revezamento entre os ocupantes para assumir a responsabilidade de controlar a entrada e saída da Ocupação. Em caso de conflitos no interior da Ocupação, o responsável pela segurança intervém no sentido de fazer valer as regras de convivência da carta de princípios.

Em relação ao estudo exploratório do perfil social, obtivemos os seguintes resultados: A ocupação possui 120 moradores e 42 famílias. Grande parte delas possui, em média, 03 filhos. Os entrevistados são em sua maioria mulheres ente 30 e 40 anos. A renda principal dessas famílias vem do trabalho da figura masculina, os homens estão em sua maioria inseridos no mercado de trabalho formal, em ocupações com baixa remuneração, que não exigem uma maior qualificação. As mulheres em sua maioria não estão trabalhando e o seu cotidiano familiar é o cuidado com os filhos e a responsabilidade do rodízio da limpeza da ocupação. Os entrevistados são predominantemente naturais do Rio de Janeiro.

Podemos observar que a motivação principal para a inserção no Movimento é a busca de acesso à moradia próxima ao local de trabalho. A maior parte dos entrevistados relatou que viviam, antes de se mudarem para a ocupação, em favelas, na quais era forte o conflito entre o narcotráfico e a força policial do Estado, fato que os levou a busca de outro local de moradia. Verificamos que isso denota a enorme segregação espacial do Rio de Janeiro no seu processo de urbanização, no qual é chamado de periferização dos pobres, acentuado nos últimos anos pelo capital financeiro e imobiliário. Além disso, observamos que a entrada das pessoas no movimento, especificamente nessa ocupação não está ligada apenas às necessidades imediatas. Ela depende da indicação de pessoas que conhecem e confiam, como parentes, pastores que já residem na ocupação. Isso expressa o temor pela mudança, afinal nem tudo que é novo é bom. Outros fatores relevantes observados são:

- a forte vinculação à religião na vida dos moradores da ocupação. Embora não sejam todos, a grande maioria é adepto a doutrina cristã e denominam-se evangélicos.
- A expressiva presença de mulheres na coordenação e entre os integrantes da ocupação demonstra a estreita vinculação entre o significado do movimento no contexto atual, a saber: servir de instrumento de luta pela sobrevivência na cidade, e o papel social, historicamente, destinado às mulheres na nossa sociedade de ser a responsável pelo cuidado e pela reprodução da prole.

- A vivência de processos coletivos, tanto no que concerne à divisão de tarefas, quanto à tomada de deliberações em conjunto, tem propiciado a alguns dos integrantes da ocupação, reconhecer-se enquanto sujeito de direito e ampliar a consciência crítica acerca da realidade social.

- Por outro lado, ressaltamos que para a maioria dos entrevistados a luta se esgota no acesso à moradia.

Cabe ressaltar que paralelamente à realização de entrevistas, procuramos conhecer as principais características da sociabilidade construída entre os participantes e, destes, com outros movimentos sociais. Buscamos conhecer como interpretam sua situação, incluindo as possibilidades e limites da organização. Esta investigação só foi possível através da observação de dois processos indicativos das orientações políticas do movimento: a forma como é construída a tomada de decisão e a forma como é apropriado o espaço comum.

Ainda de acordo com a coordenadora do movimento entrevistada, são duas as principais conquistas do Movimento:

- A conquista pelo Movimento Nacional de Luta por Moradia e por outros Movimentos sociais de políticas que estabelecem uma nova ordem jurídico-urbanística baseada no direito à moradia.

- A conquista do direito à permanência e o compromisso do governo com a compra e reforma do prédio ocupado.

O exame desse material empírico foi realizado à luz do estudo teórico sobre: o processo de ocupação do solo brasileiro e da cidade do Rio de Janeiro e região periférica e também a partir da reflexão sobre processos sociais mais abrangentes, tais como: o desenvolvimento socioeconômico do país, como expressão da expansão capitalista na periferia; as peculiaridades do modo de urbanização e suas repercussões na questão habitacional; singularidades do processo de constituição das classes sociais no Brasil e suas conseqüências para as condições materiais de vida e para a construção da identidade da classe trabalhadora.

### **Considerações finais**

Muito embora a luta para ocupar a cidade possua uma vinculação histórica com a emergência do trabalho livre no país, o atual crescimento dessas experiências expressa, não só, o acirramento das contradições sociais diante do fim do pacto civilizatório, construído pelo ideário burguês de cidade moderna, como também revela novas formas organizativas da classe trabalhadora em seu atual processo de reformatação.

Trata-se de lutas protagonizadas por sujeitos apartados do direito a cidade, que, partindo de sua condição de vida precarizada, projetam uma contratendência à miséria que empurra para a imediatividade da luta pela sobrevivência diária e para sucumbir às estigmatizações que visam exilá-los do direito a lutar por direitos. Tendo isso em vista, a ocupação de prédios urbanos tem contribuído para emprestar a lugares antes ocultos do olhar público, uma nova forma de apropriação e uma ressignificação.

Considerando as resistências a este processo, vive-se, hoje, uma nova fase para as lutas sociais. A redução dos índices de sindicalização, fruto do desemprego, da terceirização, da precarização das relações de trabalho e da perda de credibilidade dos projetos coletivos, bem como, a acentuação da segmentação e das desigualdades intraclasse e o crescente enfraquecimento da possibilidade de participação e de controle pelos trabalhadores da regulação do trabalho têm dificultado a elaboração de projeto coletivo.

Neste contexto extremamente adverso, alguns movimentos sociais têm buscado ressignificar o fazer político, na perspectiva da construção de uma nova sociabilidade. Reconhecer as novas formas e arenas de confrontação postas, as disputas de interesses, as determinações e os sentidos da reestruturantes do capital são, conforme já mencionado, desafios constantes. Nesta direção, este percurso investigativo tentou apresentar uma experiência luta coletiva que, mesmo submetida ao poder hegemônico, tem encontrado alternativa, não suficientes, contudo importantes para o fortalecimento da lutas sociais.

## **Bibliografia**

- IAMAMOTO, M. Villela, "A Questão Social no Capitalismo". In: TEMPORALIS. ABEPSS. Brasília: 2001
- KOWARICK, Lúcio (organizador). As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo, passado e presente. RJ. Paz e Terra, 1984, Introdução.
- LEFEBVRE, H. A Cidade do Capital. RJ. DP&A, 2001.
- LIMA, Sonia Lúcio R. Metamorfoses na luta por Habitação : o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Tese doutorado ,IPPUR/UFRJ,2004.
- MAMARI, Fernando Gonzales Cruz de, Se Morar é um Direito, Ocupar é um Dever: As Ocupações de Sem-Teto na Metrópole do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ2008.
- MARX, K. O Capital, Livro 1, Vol. II, S.P. Difel, 1987.



RIBEIRO, L. C. Q. “Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro” In Ribeiro, Luiz Cesar Q. (org.) O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade. Revan/Observatório/IPPUR/UFRJ-FASE, Rio de Janeiro, 2000, p. 63-98.